

**FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO  
ABERTO SANTANDER POUPANÇA  
INVESTIMENTO FPR**

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO  
PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013

**RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013**

CONTEÚDO	PÁGINA
I - RELATÓRIO DE GESTÃO .....	3
II - RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	9
III - BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO SANTANDER POUPANÇA INVESTIMENTO FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013 .....	13
IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO SANTANDER POUPANÇA INVESTIMENTO FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013 .....	16
V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO SANTANDER POUPANÇA INVESTIMENTO FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013 .....	18
VI - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2013 .....	20
Nota 1 – Capital do Fundo.....	21
Nota 3 – Carteira de Títulos .....	22
Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos.....	23
Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial .....	26
Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro.....	26
Nota 13 – Cobertura do Risco Cotações.....	26
Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados .....	27
Nota 15 – Custos Imputados .....	27
Nota 16 – Comparabilidade das Demonstrações Financeiras.....	28

## **I - RELATÓRIO DE GESTÃO**

## **Relatório do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Poupança Investimento FPR**

### Enquadramento Macroeconómico

#### **Economia Internacional**

A actividade económica global continuou, no primeiro semestre, a caracterizar-se por uma relativa debilidade, em linha com as tendências iniciadas no final de 2012, com as sucessivas ondas de choque da crise da dívida soberana na zona euro.

Fruto desta debilidade, o FMI, em Julho, reviu em baixa as perspectivas de crescimento, quer para o corrente ano, quer para 2014. Essa revisão seria generalizada, não se limitando à zona euro, mas estendendo-se aos mercados emergentes. A debilidade da procura nos mercados desenvolvidos está a afectar os seus principais fornecedores, como a China, onde as autoridades iniciaram um debate sobre o novo objectivo de crescimento, abaixo do “referencial” de cerca de 8%.

Na zona euro, durante quase todo o primeiro semestre do ano, os indicadores económicos reflectiram uma deterioração das condições económicas, com um agravamento da recessão, de forma relativamente generalizada em todo o espaço da moeda única.

A deterioração da confiança económica foi agravada por outros dois factores, de relevância elevada. Em Itália, as eleições gerais de Fevereiro resultaram num impasse, sem uma maioria clara, o que dificultou o processo de formação do novo Governo (que demorou mais de um mês). O equilíbrio do apoio parlamentar é ainda delicado, o que se afigura um factor de risco não negligenciável.

Em Chipre, o sector bancário necessitou de um plano de recuperação, após os impactos negativos, em termos de resultado e de capital, da exposição à Grécia. Os maiores bancos do país não só tinham uma presença física de relevo na Grécia, como detinham elevados volumes de dívida pública grega, sofrendo assim perdas maciças com a reestruturação da dívida grega, ocorrida no ano transacto. O montante de apoio necessário (cerca de 17 mil milhões de euros) equivale a cerca de 100% do PIB, o que conduziria a uma situação insustentável das contas públicas. Para minimizar o plano externo de apoio, foi decidido que os depositantes cipriotas incorreriam em perdas, assim quebrando um tabu inviolado desde o início da crise: a defesa dos depositantes.

Numa primeira versão, todos os depositantes, de todos os bancos, seriam taxados, sendo esse montante (até 7 mil milhões de euros) utilizado para a recapitalização do sector. Em contrapartida, os depositantes receberiam acções do banco. As ondas de choque e os riscos de contágio a outros países levaram a uma revisão do plano. O Banco Laiki, o segundo maior do país, foi encerrado, com os depósitos até 100 mil euros transferidos para o Banco do Chipre (o maior do país), enquanto os depósitos mais elevados foram transferidos para um "bad bank", e serão recuperados com a recuperação dos activos mais problemáticos, igualmente transferidos para essa instituição.

O Banco do Chipre foi intervencionado: os accionistas e detentores de dívida viram a sua posição virtualmente eliminada contra perdas, enquanto os depositantes com depósitos superiores a 100 mil euros sofreram uma conversão forçada dos seus depósitos em acções do banco, num montante equivalente a 47,5% do depósito. Deste modo, o banco cumpre o requisito de um rácio de capital core Tier I mínimo de 9%.

Fruto desta evolução económica, o Banco Central Europeu desceu as taxas de juro de referência, para o mínimo histórico de 0,5% e, já em Julho, alterou pronunciadamente a sua estratégia de comunicação: abandonou o tradicional discurso de não pré-compromisso, adoptando antes uma indicação clara de que as taxas de juro permanecerão em mínimos históricos (os actuais ou mesmo níveis inferiores) durante um período de tempo prolongado, até que a recuperação económica ganhe

sustentação. A avaliação desta sustentabilidade será efectuada com recurso a indicadores de preços, de actividade e de condições financeiras nos mercados monetário e de crédito.

Já no final do semestre, e mais claramente no início do terceiro trimestre, os dados económicos europeus sinalizaram uma recuperação, mais forte do que o inicialmente antecipado, destacando-se a melhoria do indicador de actividade industrial PMI para o nível mais elevado em dois anos. O BCE, contudo, considera que estes dados apenas validam o seu cenário central, sinalizando que será necessário um crescimento económico mais sólido para alterar o seu posicionamento.

Os EUA destacam-se, em termos de crescimento económico. Apesar de alguma volatilidade, a economia tem crescido, com a recuperação da procura interna a compensar os efeitos negativos dos cortes automáticos da despesa pública. O consumo privado beneficia claramente da descida da taxa de desemprego para os níveis mais baixos desde 2008 e da valorização dos mercados accionistas para máximos históricos.

Neste enquadramento, a Reserva Federal anunciou estar a estudar a possibilidade de terminar a sua política monetária expansionista não convencional. Os investidores leram nestas declarações a quase retirada imediata da liquidez excedentária injectada na economia, reagindo em conformidade (as yields a 10 anos subiram de forma acentuada), levando os responsáveis pela definição da política monetária a várias declarações visando acalmar os receios e indiciando que a liquidez permanecerá, apenas a Reserva Federal, numa primeira fase, deixaria de adquirir novos títulos de dívida pública e securitizações (actualmente ao ritmo mensal de 85 mil milhões de dólares).

No Japão, o Banco Central lançou um agressivo programa de "quantitative easing", no qual se propõe duplicar a base monetária nos próximos dois anos, para elevar a inflação até 2%.

## **Economia Portuguesa**

Após uma moderação do ritmo de contracção no primeiro trimestre, a actividade económica poderá ter registado um ligeiro crescimento positivo no segundo trimestre de 2013, o que configura a primeira taxa de variação em cadeia positiva desde o terceiro trimestre de 2010. Em resultado, o ritmo de contracção acumulado no ano deve ser ligeiramente menos pronunciado do que o anteriormente estimado: o Banco de Portugal reviu a taxa de crescimento para -2,0% (face a -2,3%).

Todas as componentes da procura agregada terão tido contributos positivos para o crescimento em cadeia. Ao nível do consumo privado, a informação disponível revela um aumento da despesa pelas famílias, em linha com a redução do desemprego, que no segundo trimestre caiu para 16,4%, fruto da criação de 72 mil empregos no trimestre. Ainda que sendo sobretudo uma situação sazonal, é a primeira redução do desemprego em mais de dois anos. O volume de pagamentos electrónicos reportados pela SIBS, e que tem uma boa correlação com as vendas a retalho, já está em linha com o volume realizado no mesmo período de 2012.

O investimento terá evoluído positivamente face ao trimestre anterior, embora esteja ainda abaixo dos níveis verificados no mesmo período de 2012. A actividade de construção terá aumentado, embora apenas corrigindo a queda observada no 1T2013, e o investimento em máquinas e equipamentos, por um lado, e em material de transporte, por outro, terá, também, aumentado. O inquérito ao investimento, realizado pelo INE, revela uma quase estagnação do investimento empresarial em 2013 (uma variação nominal negativa de 2,1% em 2013 face a -28,1% em 2012), sendo essa moderação sentida também no sector da indústria transformadora.

A procura externa líquida continua a ter um importante contributo para o crescimento do PIB. Nos primeiros cinco meses do ano, as exportações de bens e serviços cresceram 4,9%, em termos nominais, enquanto as importações caíram 2,9%. Em resultado, o saldo positivo ampliou-se para 900 milhões de euros (que compara com um saldo global de 100 milhões no ano de 2012). A recuperação

das exportações é generalizada, incluindo as vendas para a zona euro (as exportações para Espanha, o principal parceiro comercial, cresceram 7,4% neste período).

A execução orçamental, numa óptica de caixa, continua a evidenciar uma recuperação da receita fiscal, em especial em sede de IRS e de IVA (este imposto em linha com os dados do consumo privado). Até Maio, o défice das Administrações Públicas, no âmbito do PAEF, situava-se em redor de 1,5 mil milhões de euros, abaixo da meta prevista.

No entanto, em contabilidade nacional, o défice no primeiro trimestre situou-se em 10,6% do PIB, afectado por factores pontuais, tais como os encargos com a recapitalização do Banif (750 milhões de euros). Sem estes factores, o défice situou-se em 8,8% do PIB. A meta acordada para o corrente ano é de 5,5% do PIB.

Em Julho, a substituição do Ministro das Finanças por Maria Luís Albuquerque, gerou uma crise política, com divergências na coligação PSD-CDS/PP, a qual seria sanada no final do mês, com uma remodelação governamental, na qual o CDS obteve maiores responsabilidades na coordenação das políticas económicas e da relação com a Troika. Fruto do impasse vivido durante cerca de três semanas, a oitava avaliação do PAEF foi adiada para o final de Agosto, sendo realizada conjuntamente com a 9ª avaliação.

A agência de notação de risco S&P reagiu a esta percepção de deterioração do risco político, recuperando o outlook negativo para a dívida pública portuguesa, que havia passado a neutral há alguns meses atrás.

No primeiro semestre do ano, a República Portuguesa deu importantes passos na recuperação do acesso aos mercados globais. Em Janeiro, realizou uma emissão de dívida a 5 anos, através de uma emissão sindicada, de 2,5 mil milhões de euros, da OT Outubro 2017, com a procura, contudo, ainda concentrada em investidores com perfis de investimento de mais curto prazo.

Em Maio, realizou uma nova emissão, desta vez a 10 anos, com o novo benchmark a 10 Anos (OT Fevereiro 2024), com um cupão de 5,65%. O Tesouro aproveitou a descida das yields abaixo de 6%, num contexto de procura forte por investidores estruturais (incluindo fundos de pensões e companhias de seguros) não residentes.

Ao longo de todo o semestre, a República manteve a sua presença nos mercados de dívida de curto prazo, com a emissão de Bilhetes do Tesouro. A procura tem permanecido elevada e as taxas de juro têm vindo a diminuir de forma sistemática. No leilão de Julho, realizado ainda durante o período de maior incerteza política, as taxas de juro subiram, mas apenas marginalmente.

O sector bancário, no primeiro semestre de 2013, concluiu em grande medida o processo de ajustamento que lhe foi imposto no âmbito do programa de assistência económica e financeira. A redução do rácio crédito/depósitos ocorrida até ao final de 2012 (quando se situava já em 127,5%) levou a que o mesmo deixasse de ser obrigatório, embora os bancos devam manter-se em redor desses níveis. Isso permitiu flexibilizar a política de captação de recursos, o que, num contexto de pressão sobre a margem financeira, se reflectiu numa descida ligeira das taxas de juro praticadas.

O inquérito mais recente às condições nos mercados de crédito revela uma moderação nas condições de concessão de crédito, por parte do sector bancário, enquanto as empresas começam a evidenciar alguns sinais tímidos de procura de crédito.

A recapitalização do Banif, com recurso a fundos públicos, concluiu também o processo iniciado em 2012. No final do primeiro semestre, todos os bancos tinham rácios de capital core Tier I acima dos 10% exigidos, enquanto BCP, BPI e CGD concluíam as negociações com a DGCom da UE para definir as medidas correctivas necessárias em contrapartida ao acesso ao fundo público de recapitalização.

## **Política de investimento**

O Fundo Poupança Investimento FPR fechou o primeiro semestre de 2013 com um desempenho positivo de 0.2%.

Em termos de taxa fixa, o Fundo esteve investido principalmente em títulos de dívida soberana (38%) e em títulos de dívida financeira (35%). Relativamente à distribuição geográfica, o Fundo encontra-se exposto maioritariamente exposto a Portugal (45%), Espanha (25%) e Itália (15%). A duração da carteira foi de 3.05 anos e o rating médio de BBB-.

Em termos de acções, o Fundo moveu-se de forma tática em torno de um intervalo entre 15% e 25%, mas com uma postura muito cautelosa sempre que o momento de mercado se traduzia numa aversão ao risco. No final do semestre, o Fundo detinha uma exposição à classe accionista de 16.5%, numa proporção de 65% EUA e 35% Europa.

## **Evolução das Unidades de Participação**

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respectivo valor unitário das mesmas nos últimos 5 anos foi a seguinte:

<b>Ano</b>	<b>Número de Unidades de Participação</b>	<b>Valor da Unidade de Participação (€)</b>
2008	5 252 233,90	16,3321
2009	4 358 046,20	17,3941
2010	4 097 282,67	18,1417
2011	3 441 226,31	16,8476
2012	2 919 031,02	18,2103

## **Performance**

A evolução histórica das rendibilidades e risco do Fundo foi a seguinte:

<b>Ano</b>	<b>Rendibilidade</b>	<b>Risco</b>	<b>Classe de Risco</b>
1996	12,62%	1,51%	2
1997	13,50%	3,05%	2
1998	6,85%	5,75%	2
1999	4,50%	4,72%	2
2000	3,12%	3,50%	2
2001	-0,74%	3,80%	2
2002	-2,30%	3,20%	2
2003	5,37%	2,34%	2
2004	3,73%	2,41%	2
2005	5,76%	1,61%	2
2006	3,32%	2,49%	2
2007	2,67%	2,68%	2
2008	-18,61%	8,74%	3
2009	6,49%	5,34%	3
2010	4,30%	4,07%	3
2011	-7,14%	6,03%	3
2012	8,11%	3,47%	2

(fonte APFIPP).

Nota: As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 6 (risco máximo).

### **Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes**

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transacção, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- Não houve alterações significativas nas comissões suportadas pelo Fundo.
- No que respeita às comissões suportadas pelos Participantes existiram vários períodos de campanha que isentaram a comissão de subscrição. Actualmente a isenção da comissão de subscrição mantêm-se para as entregas pontuais ou periódicas efectuadas no período compreendido entre 01/01/2013 e 31/12/2013.

As comissões suportadas pelo Fundo e pelos Participantes até 30 de Junho foram as seguintes:

Custos	Valor	%VLGF
Comissão de Gestão		
<i>Componente Fixa</i>	411 040	0,79%
<i>Componente Variável</i>		0,00%
Comissão de Depósito	9 048	0,02%
Taxa de Supervisão	4 059	0,01%
Custos de Auditoria	1 488	0,00%
Outros Custos	8 307	0,02%
TOTAL	433 941	
TAXA GLOBAL DE CUSTOS (TGC)		0,83%

### **Custos e Proveitos**

O total de custos do Fundo, à data de 30 de Junho de 2013, foi de 6 531 164 €.

O total de proveitos do Fundo, à data de 30 de Junho de 2013, foi de 6 673 106 €.

### **Volume e Custos de Transacção**

As transacções do Fundo foram realizadas no mercado nacional, nos mercados da União Europeia e em outros mercados. O volume de transacções registado no primeiro semestre ascendeu a 133.391.998,3€, dos quais 8.6% realizados no mercado nacional, 80.3% em mercados da União Europeia e 11.1% noutros mercados.

Os custos de transacção respeitantes a estas operações foram de 18.326€, repartidos em 1.2% pelo mercado nacional, em 76.7% por mercados da União Europeia e em 22.1% por outros mercados.

### **Evolução dos activos sob gestão**

O valor total da carteira do Fundo, à data de 30 de Junho de 2013, era de 50 486 977 €.

### **Eventos subsequentes**

Para o período ocorrido entre o termo do exercício e o da elaboração do presente Relatório não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 13 de Agosto de 2013



## **II - RELATÓRIO DE AUDITORIA**

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### INTRODUÇÃO

1. Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 8.º do Código dos Valores Mobiliários (CVM) e do n.º 1 do artigo 43.º e do n.º 2 do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 252/03, de 17 de Outubro, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira do período findo em 30 de Junho de 2013, do **FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO SANTANDER POUPANÇA INVESTIMENTO FPR FUNDO DE POUPANÇA-REFORMA**, gerido pela Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA, incluída no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 50 624 743 euros e um total de capital do Fundo de 50 486 977 euros, incluindo um resultado líquido de 141 943 euros), na Demonstração dos Resultados e na Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e nos correspondentes Anexos.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração da entidade gestora Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA:
  - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa;
  - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
  - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados, atentas as especificidades dos Fundos de Investimento Mobiliário;
  - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
  - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita,

RUA GENERAL FIRMINO MIGUEL, 3, TORRE 2 – 1.º A/B, 1600-100 LISBOA, PORTUGAL  
TEL.: + 351 21 721 01 80 - FAX: + 351 21 726 79 61 - E-MAIL: [MAZARSLISBOA@MAZARS.PT](mailto:MAZARSLISBOA@MAZARS.PT)

RUA DO CAMPO ALEGRE, 830, 3.º – S14, 4150-171 PORTO, PORTUGAL  
TEL.: + 351 22 605 10 20 - FAX: + 351 22 607 98 70 - E-MAIL: [MAZARSORTO@MAZARS.PT](mailto:MAZARSORTO@MAZARS.PT)

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA  
INSCRIÇÃO N.º 51 NA OROC – REGISTADA NA CMVM SOB O N.º 1254 – NIPC 502 107 251 – CAPITAL SOCIAL 112.000,00 € – CRC LISBOA 14780

conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

## ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração da entidade gestora, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação do adequado cumprimento do Regulamento de Gestão do Fundo;
  - a verificação da adequada avaliação dos valores do Fundo;
  - a verificação do cumprimento dos critérios de avaliação definidos nos documentos constitutivos;
  - a verificação da realização das operações sobre valores cotados, mas realizadas fora de mercado nos termos e condições previstas na lei e respectiva regulamentação;
  - a verificação do registo e controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação do Fundo;
  - a verificação do ressarcimento e divulgação dos prejuízos causados por erros ocorridos no processo de valorização e divulgação do valor da unidade de participação ou na imputação das operações de subscrição e de resgate ao património do Fundo nos termos e condições regularmente previstas;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
  - a apreciação se a informação é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO SANTANDER POUPANÇA INVESTIMENTO FPR FUNDO DE POUPANÇA-REFORMA**, gerido pela entidade gestora Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA, em 30 de Junho de 2013, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa do período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Investimento Mobiliário, e a informação neles constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 26 Agosto de 2013

---

**MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA**

Registada na CMVM sob o nº 1254

e representada por Dr. Henrique José Marto Oliveira - ROC nº 961

**III - BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO SANTANDER  
POUPANÇA INVESTIMENTO FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE  
JUNHO DE 2013**

Fundo: **Santander Poupança Investimento FPR**

(valores em Euros)

Data: **30.06.13**

ACTIVO						PASSIVO						
Código		30.06.13			31.12.12		Código		30.06.13		31.12.12	
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido						
	<b>Carteira de Títulos</b>											
21	Obrigações	31.678.638	351.713	(411.809)	31.618.541	35.331.193	61	Capital do OIC				
22	Ações					366.900	62	Unidades de Participação	13.798.999	14.559.835		
23	Títulos de Participação						64	Varições Patrimoniais	(11.248.936)	(9.198.339)		
24	Unidades de Participação	18.123.019	807.849	(5.914.212)	13.016.656	12.819.959	65	Resultados Transitados	47.794.971	43.452.870		
25	Direitos						66	Resultados Distribuídos				
26	Outros Instrumentos da Dívida							Resultados Líquidos do Período	141.943	4.348.730		
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>49.801.657</u>	<u>1.159.561</u>	<u>(6.326.021)</u>	<u>44.635.198</u>	<u>48.518.053</u>		<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>50.486.977</u>	<u>53.163.095</u>		
	<b>Outros Activos</b>							<b>Provisões Acumuladas</b>				
31	Outros activos						481	Para Riscos e Encargos				
	<i>Total de Outros Activos</i>							<i>Total das Provisões Acumuladas</i>				
	<b>Terceiros</b>							<b>Terceiros</b>				
411+...+418	Contas de Devedores	366.103			366.103	182.375	421	Resgates a Pagar a Participantes	66.705	155.803		
	<i>Total dos Valores a Receber</i>	<u>366.103</u>			<u>366.103</u>	<u>182.375</u>	422	Rendimentos a Pagar a Participantes				
	<b>Disponibilidades</b>						423	Comissões a Pagar	71.061	73.944		
11	Caixa						424+...+429	Outras contas de Credores		1.568.968		
12	Depósitos à Ordem	706.556			706.556	1.407.332	43+12	Empréstimos Obtidos				
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso	4.280.000			4.280.000	4.280.000		<i>Total dos Valores a Pagar</i>	<u>137.766</u>	<u>1.798.715</u>		
14	Certificados de Depósito							<b>Acréscimos e diferimentos</b>				
18	Outros Meios Monetários						55	Acréscimos de Custos				
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>4.986.556</u>			<u>4.986.556</u>	<u>5.687.332</u>	56	Receitas com Provento Diferido				
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>						58	Outros Acréscimos e Diferimentos				
51	Acréscimos de Proventos	580.194			580.194	524.073	59	Contas transitórias passivas				
52	Despesas com Custo Diferido					14.545		<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>				
58	Outros acréscimos e diferimentos	56.693			56.693	35.433		<i>TOTAL DO PASSIVO</i>	<u>50.624.743</u>	<u>54.961.810</u>		
59	Contas transitórias activas											
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Activos</i>	<u>636.887</u>			<u>636.887</u>	<u>574.051</u>						
	<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<u>55.791.202</u>	<u>1.159.561</u>	<u>(6.326.021)</u>	<u>50.624.743</u>	<u>54.961.810</u>						
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação				<u>2.766.495</u>	<u>2.919.031</u>		Valor Unitário da Unidade Participação	<u>18,2494</u>	<u>18,2125</u>		

Relatório e Contas referente ao período findo em 30 de Junho de 2013

(valores em Euro)

## CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: 30.06.13

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código		30.06.13	31.12.12	Código		30.06.13	31.12.12
	<b>Operações Cambiais</b>				<b>Operações Cambiais</b>		
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros			915	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	<b>Operações Sobre Taxas de Juro</b>				<b>Operações Sobre Taxas de Juro</b>		
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	<b>Operações Sobre Cotações</b>				<b>Operações Sobre Cotações</b>		
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros	6.408.742	2.920.077	935	Futuros	1.688.700	
	<i>Total</i>	6.408.742	2.920.077		<i>Total</i>	1.688.700	
	<b>Compromissos de Terceiros</b>				<b>Compromissos Com Terceiros</b>		
942	Operações a prazo (reporte de valores)			942	Subscrição de títulos		
944	Valores cedidos em garantia			944	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de valores			945	Valores recebidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>	6.408.742	2.920.077		<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>	1.688.700	
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	1.688.700		99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	6.408.742	2.920.077

**IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO  
MOBILIÁRIO ABERTO SANTANDER POUPANÇA INVESTIMENTO FPR  
REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013**



Fundo: Santander Poupança Investimento FPR

(valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Data: 30.06.13

<i>CUSTOS E PERDAS</i>				<i>PROVEITOS E GANHOS</i>			
Código		30.06.13	30.06.12	Código		30.06.13	30.06.12
	<b>Custos e Perdas Correntes</b>				<b>Proveitos e Ganhos Correntes</b>		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes	179.842	210.127	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	791.075	608.172
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+827+818	Outros, de Operações Correntes	74.678	2.628
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	6.560	7.773		Rendimento de Títulos		
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	425.635	462.732	822+...+824+825	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	23.434	25.355
729	De Operações Extrapatrimoniais	8.307	4.467	829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	2.941.820	4.547.147	832+833	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	2.943.824	6.197.334
731+738	Outras, em Operações Correntes			831+838	Outros, em Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	2.968.054	1.903.822	839	Em Operações Extrapatrimoniais	2.817.562	2.440.036
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
7411+7421	Impostos Sobre o Rendimento	668	(16.449)	851	Para Riscos e Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	275		86	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	374	13.092
7418+7428	Outros impostos				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	6.650.946	9.286.617
	Provisões do Exercício				<b>Proveitos e Ganhos Eventuais</b>		
751	Para Riscos e Encargos			881	Recuperação de Incobráveis		
77	Outros Custos e Perdas Correntes			882	Ganhos Extraordinários		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	6.531.160	7.119.620	883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
	<b>Custos e Perdas Eventuais</b>			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	22.160	
781	Valores Incobráveis				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (D)</i>	22.160	
782	Perdas Extraordinárias						
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores						
788	Outras Custos e Perdas Eventuais	3	12				
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (C)</i>	3	12				
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
66	<b>Resultado Líquido do Período</b>	141.943	2.166.984	66	<b>Resultado Líquido do Período</b>		
	<i>TOTAL</i>	6.673.106	9.286.617		<i>TOTAL</i>	6.673.106	9.286.617
	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ac	809.951	2.275.940		Resultados Eventuais [(D)-(C)]	22.157	(12)
	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	(158.798)	531.746		Resultados Antes do Imposto s/ Rendimen	142.886	2.150.535
	Resultados Correntes [(B)-(A)]	119.786	2.166.997		Resultados Líquidos do Período	141.943	2.166.984

**V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO SANTANDER POUPANÇA INVESTIMENTO FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS**

	<u>30.06.13</u>	<u>31.12.12</u>
<b>Operações sobre as Unidades do Fundo</b>		
<b>Recebimentos</b>		
Subscrições de unidades de participação	988.824	2.095.220
<b>Pagamentos</b>		
Resgates de unidades de participação	3.889.355	11.268.288
Rendimentos pagos aos participantes		
<b>Fluxo das Operações sobre as Unidades do Fundo</b>	<u>-2.900.531</u>	<u>-11.584.990</u>
<b>Operações da Carteira de Títulos</b>		
<b>Recebimentos</b>		
Venda de títulos	24.144.710	80.826.859
Reembolso de títulos	2.041.400	19.954.156
Resgate de unidades de participação		
Rendimento de títulos	23.434	54.318
Juros e proveitos similares recebidos	809.613	1.246.063
Venda de títulos com acordo de recompra		
Outros recebimentos relacionados com a carteira		
<b>Pagamentos</b>		
Compra de títulos	24.047.124	87.545.728
Subscrição de unidades de participação		
Juros e custos similares pagos	179.842	236.171
Venda de títulos com acordo de recompra		
Taxas de bolsa suportadas		
Taxas de corretagem	7.222	27.805
Outras taxas e comissões	-662	38.588
Outros pagamentos relacionados com a carteira		
<b>Fluxo das Operações da Carteira de Títulos</b>	<u>2.785.629</u>	<u>11.742.754</u>
<b>Operações a Prazo e de Divisas</b>		
<b>Recebimentos</b>		
Juros e proveitos similares recebidos		
Recebimentos em operações cambiais		19.393
Recebimento em operações de taxa de juro		
Recebimento em operações sobre cotações	2.817.562	3.921.248
Margem inicial em contratos de futuros		
Comissões em contratos de opções		
Outras comissões		
Outros recebimentos op. A prazo e de divisas		
<b>Pagamentos</b>		
Juros e custos similares pagos		
Pagamentos em operações cambiais	35.663	
Pagamentos em operações de taxa de juro		
Pagamento em operações sobre cotações	2.932.391	4.027.749
Margem inicial em contratos de futuros		
Comissões em contratos de opções		
Outros pagamentos op. A prazo e de divisas		
<b>Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas</b>	<u>-150.492</u>	<u>-288.481</u>
<b>Operações de Gestão Corrente</b>		
<b>Recebimentos</b>		
Cobranças de crédito vencido		
Compras com acordo de revenda		
Juros de depósitos bancários	20	3.972
Juros de certificados de depósito		
Outros recebimentos correntes		
<b>Pagamentos</b>		
Comissão de gestão	416.552	885.242
Comissão de depósito	9.169	19.486
Despesas com crédito vencido		
Juros devedores de depósitos bancários		
Compras com acordo de revenda		
Impostos e taxas	9.679	4.546
Outros pagamentos correntes	3	63
<b>Fluxo das Operações de Gestão Corrente</b>	<u>-435.383</u>	<u>-1.123.095</u>
<b>Operações Eventuais</b>		
<b>Recebimentos</b>		
Ganhos extraordinários		
Ganhos imputáveis a exercícios anteriores		
Recuperação de incobráveis		
Outros recebimentos de operações eventuais		
<b>Pagamentos</b>		
Perdas extraordinárias		
Perdas imputáveis a exercícios anteriores		
Outros pagamentos de operações eventuais		
<b>Fluxo das Operações Eventuais</b>	<u>-700.777</u>	<u>4.067.564</u>
<b>Saldo dos Fluxos Monetários do período</b>	<u>5.687.332</u>	<u>1.619.769</u>
<b>Disponibilidades no início do período</b>	4.986.556	5.687.332
<b>Disponibilidades no fim do período</b>	4.986.556	5.687.332

**VI - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2013**

## VI - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2013

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 16/2003 emitido pela CMVM em 18 de Dezembro de 2003. As Notas que não constam deste Relatório são “não aplicáveis”.

### Nota 1 – Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o primeiro semestre do ano de 2013 apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	31.12.12	Subscr.	Resgates	Dist.Res	Outros	Res.Per	30.06.13
Valor base	14 559 835	268 271	( 1 029 107)				13 798 999
Diferença p/Valor Base	( 9 198 339)	720 553	( 2 771 150)				( 11 248 936)
Resultados distribuídos	-						-
Resultados acumulados	43 452 870				4 342 102		47 794 971
Resultados do período	4 348 730				( 4 348 730)	141 943	141 943
<b>SOMA</b>	<b>53 163 095</b>	<b>988 824</b>	<b>( 3 800 256)</b>	<b>-</b>	<b>( 6 628)</b>	<b>141 943</b>	<b>50 486 977</b>
Nº de Unidades participação	2 919 031	53 784	( 206 321)				2 766 495
Valor Unidade participação	18,2125	18,3849	18,4191				18,2494

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo no final de cada trimestre dos três últimos anos foi o seguinte:

	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2013	30-06-13	18,2494	50.486.977	2.766.495
	31-03-13	18,1744	51.551.499	2.836.475
Ano 2012	31-12-12	18,2125	53.163.095	2.919.031
	30-09-12	17,8212	53.480.041	3.000.908
	30-06-12	17,4895	54.185.796	3.098.176
	31-03-12	17,6229	57.107.092	3.240.490
Ano 2011	31-12-11	16,8462	57.971.840	3.441.226
	30-09-11	16,7216	61.399.364	3.671.859
	30-06-11	18,1199	69.530.999	3.837.273
	31-03-11	18,3998	72.818.140	3.957.551

A relação entre Participantes e Unidades de Participação é a seguinte:

	N.º participantes
Ups >= 25%	0
10% <= Ups < 25%	0
5% <= Ups < 10%	0
2% <= Ups < 5%	0
0.5% <= Ups < 2%	0
Ups < 0.5%	13.021
<b>TOTAL</b>	<b>13.021</b>

**Nota 3 – Carteira de Títulos**

Em 30 de Junho de 2013 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
<b>1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS</b>						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Títulos dívida Pública						
PGB 4.45% 15/06/2018	2.236.098		(11.118)	2.224.980	4.018	2.228.998
PGB 4.2% 15/10/2016	1.116.270		(20.992)	1.095.277	33.349	1.128.626
PGB 4.95% 25/10/2023	2.438.383		(97.041)	2.341.342	88.676	2.430.018
PGB 4.35% 16/10/17	1.573.791		(18.692)	1.555.099	49.504	1.604.603
	7.364.542	-	(147.844)	7.216.698	175.547	7.392.245
-Obrigações diversas						
BESPL 4.75% 15/1/18	794.792		(26.792)	768.000	17.386	785.386
RENEP 4.125% 31/1/18	697.676	4.074		701.750	11.946	713.696
CXGD 3.75% 18/1/18	398.480		(1.488)	396.992	6.740	403.732
BRCORO 6.875% 04/18	1.592.016	47.984		1.640.000	27.123	1.667.123
BCP 5.625% 23/04/14	1.083.049	24.101		1.107.150	11.697	1.118.847
BESPL 5,875% 9/11/15	1.494.975	20.025		1.515.000	56.738	1.571.738
	6.060.988	96.184	(28.280)	6.128.892	131.630	6.260.522
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Títulos dívida Pública						
SPGB 3.75% 31/10/15	559.988	2.646		562.634	13.731	576.365
SGLT 0 20/6/14	881.894	4.718		886.612	-	886.612
BTPS 4.25% 1/9/19	2.709.189		(11.730)	2.697.460	37.360	2.734.820
	4.151.071	7.364	(11.730)	4.146.705	51.092	4.197.796
-Obrigações diversas						
Eur.Tobaco 14/02/15	2.368.000	126.000		2.494.000	29.303	2.523.303
BESPL 3% 19/05/2015	494.375	3.125		497.500	1.721	499.221
DPB Float 11/15	2.156.000		(8.250)	2.147.750	3.446	2.151.196
BBVA 3,5% 5/12/2017	500.000	12.680		512.680	9.973	522.653
CABK 3.25% 22/1/16	996.710	10.210		1.006.920	14.247	1.021.167
BKT 2.75% 26/7/16	1.321.450		(24.921)	1.296.529	15.573	1.312.102
CAJAR 3.375% 16/5/16	599.730		(11.652)	588.078	2.552	590.630
Santan 4.625% 03/16	898.668	34.191		932.859	11.632	944.491
Portel 5.875% 04/18	1.193.640	34.860		1.228.500	14.486	1.242.986
Eirles altis 12/2016	713.073		(37.280)	675.793	133	675.926
Fortis 09/03/2020	500.000		(41.850)	458.150	4.630	462.780
Clarenville 1X A1A	25.753		(3)	25.750	71	25.822
LEOPARD IIX A1	337.839	19.211		357.050	592	357.642
FADE 3.875% 17/3/18	1.596.800	7.888		1.604.688	17.326	1.622.014
	13.702.037	248.165	(123.956)	13.826.247	125.685	13.951.932
-Unidades de participação de OIC						
Ishares S&P 500 Indx	1.544.270	171.123		1.715.393		1.715.393
	1.544.270	171.123	-	1.715.393	-	1.715.393
<i>Val. Mobiliários estrangeiros não cotados</i>						
-Obrigações diversas						
Saphir Finance 03/11	400.000	-	(100.000)	300.000	-	300.000
	400.000	-	(100.000)	300.000	-	300.000

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
<i>Unidades de participação</i>						
OIC domiciliados em Portugal						
Sant.Acções Portugal	1.773.749		(75.337)	1.698.412	-	1.698.412
FIIF Imosaúde	343.000	52.707		395.707	-	395.707
Fundo Lusimovest	2.632.634	274.266	(332.250)	2.574.651	-	2.574.651
Vision Escritórios	4.057.899		(1.761.445)	2.296.454	-	2.296.454
Explorer I	306.970		(136.718)	170.252	-	170.252
Explorer - II	439.721		(191.236)	248.485	-	248.485
	9.553.973	326.974	(2.496.984)	7.383.962	-	7.383.962
<i>OIC domiciliados Estado membro UE</i>						
Alken Fd- Eur Opp- R	541.318	131.144		672.462	-	672.462
BGF-€ Mark Fund-€D2	1.553.452	178.609		1.732.061	-	1.732.061
INVESCO-BL RISK AL-C	1.530.006		(17.227)	1.512.778	-	1.512.778
Lux Invest Plus - B	3.400.000		(3.400.000)	0	-	0
	7.024.776	309.752	(3.417.227)	3.917.302	-	3.917.302
TOTAL	49.801.657	1.159.561	(6.326.021)	44.635.198	483.953	45.119.151

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o primeiro semestre do ano de 2013 foi o seguinte:

(valores em Euros)

Descrição	31.12.12	Aumentos	Reduções	30.06.13
Numerário	-			-
Depósitos à ordem	1.407.332			706.556
Depósitos a prazo e com pré-aviso	4.280.000	-	-	4.280.000
Certificados de depósito	-	-	-	-
Outras contas de disponibilidades	-	-	-	-
TOTAL	5.687.332			4.986.556

#### Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pelo Decreto-Lei nº 252/2003 de 17 de Outubro e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Colectivo.

##### a) Carteira de Títulos

A valorização dos activos que compõem a carteira do Fundo é efectuada de acordo com as seguintes regras:

### **Para valores mobiliários cotados**

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflecte os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transacções.
- Para a valorização de activos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para os valores representativos de dívida cotados em bolsas ou mercados regulamentados, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, a valorização é efectuada com base em metodologias baseadas em ofertas de compra firmes, ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, nomeadamente através do sistema *Bloomberg* que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade gestora.
- No caso de não existir cotação ou preço de referência no próprio dia da valorização, é considerada a última cotação de fecho ou o preço de referência conhecido desde que os mesmos se tenham verificado nos quinze dias anteriores ao dia da valorização.
- No que diz respeito a outros instrumentos representativos de dívida, transaccionáveis, que possuam liquidez e tenham valor susceptível de ser determinado com precisão a qualquer momento, emitidos por prazos inferiores a um ano, a sua valorização é efectuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.
- Para a valorização de instrumentos derivados, é tomado o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde se encontram admitidos à negociação.
- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respectiva valorização.

### **Para valores mobiliários não cotados**

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos activos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas.



- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.
- A valorização das unidades de participação reflectirá o último valor divulgado pela respectiva entidade gestora às 17h do próprio dia.

#### **Valorização cambial**

- Os activos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema “Reuters”.

#### **b) Valorização das Unidades de Participação**

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente, excepto aos sábados, domingos e feriados devendo ser diariamente publicado no Boletim de Cotações da Bolsa de Valores no dia seguinte ao do apuramento;

O Regulamento da CMVM nº 16/2003 estabelece que o Capital do Fundo compreende:

- O valor-base das Unidades de Participação e as diferenças para esse valor-base nas operações de subscrições e resgate;
- As mais e menos valias, latentes e realizadas, sobre as operações financeiras, as diferenças de câmbio, os gastos com a negociação dos títulos, as comissões e outros custos e proveitos relacionados com o Fundo, ou seja, todos os montantes de que resulta o apuramento de resultados do Fundo.

A determinação do valor de cada Unidade de Participação efectua-se pela divisão entre o Capital do Fundo e o número de Unidades de Participação em circulação.

#### **c) Contratos de “Futuros”**

As posições abertas em contratos de Futuros são reflectidas em contas extra-patrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica “Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras”, sendo os ajustamentos de cotações diários reflectidos em contas de “Acréscimos e diferimentos” e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respectivos contratos é registada na rubrica “Contas de devedores”.

**d) Especialização dos exercícios**

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

**Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial**

Em 30 de Junho de 2013, o Fundo mantinha as seguintes posições cambiais abertas:

POSIÇÃO CAMBIAL						
Moedas	À Vista	A Prazo			Opções	Posição Global
		Forward	Futuros	Total a prazo		
USD	755 418	-	-	-	-	755 418
GBP	2	-	-	-	-	2
Contravalor (Euro)	576 942	-	-	-	-	576 942

**Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro**

À data de 30 de Junho de 2013 o Fundo detinha activos de juro fixo cuja maturidade é seguinte:

Maturidades	Montante em Carteira	Extra-Patrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	2.005.459	-	-	-	-	2 005 459
de 1 a 3 anos	5.203.612	-	-	-	-	5 203 612
de 3 a 5 anos	13.231.920	-	-	-	-	13 231 920
de 5 a 7 anos	2.734.820	-	-	-	-	2 734 820
mais de 7 anos	2.430.018	-	-	-	-	2 430 018

**Nota 13 – Cobertura do Risco Cotações**

Em 30 de Junho de 2013, o Fundo apresenta a seguinte exposição ao risco cotações:

ACÇÕES E VALORES SIMILARES	MONTANTE (EURO)	EXTRA-PATRIMONIAIS		SALDO
		Futuros	Opções	
Acções	-	4 720 042	-	4 720 042
Direitos	-	-	-	-
UP's	13 016 656	-	-	13 016 656

#### Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

No termos do Regulamento da CMVM 21/99, tendo por base princípios de prudência e de adequação à situação concreta de Fundo e tendo em conta alterações substanciais recentes registada na volatilidade dos mercados, para o cálculo da perda potencial máxima que o património do Fundo está exposto, foi utilizado o cálculo do VaR da Bloomberg.

Sempre que um instrumento derivado não existir na Bloomberg é utilizado o seu subjacente como se do instrumento financeiro se tratasse, para análise e cálculo do VaR.

Exemplificando: no caso de futuros de acções, apesar de não existirem cotações históricas para o cálculo do VaR, dado existir uma forte correlação entre o instrumento financeiro derivado e o activo subjacente, é utilizado o activo subjacente como se do instrumento financeiro se tratasse. A correlação entre os dois activos é elevada e é considerado que a volatilidade implícita das taxas de juro do prazo do contrato do futuro, um mês ou mesmo quando três meses, não é materialmente relevante.

Definidos os pressupostos e tendo em atenção para o cálculo do VaR, como mínimos, a detenção da carteira por um período de 30 dias e um intervalo de confiança a 95% e, como máximo, volatilidades a um ano, o cálculo do limite da perda potencial máxima é feito da seguinte forma:

	Perdas potenciais em 30.06.2013	Perdas potenciais em 31.12.2012
Carteira sem Derivados	1.173.674	1.082.186
Carteira com Derivados	1.191.931	1.109.390
VaR	1,56%	2,51%

#### Nota 15 – Custos Imputados

Até 30 de Junho de 2013 foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

Custos	Valor	%VLGF
Comissão de Gestão		
<i>Componente Fixa</i>	411 040	0,79%
<i>Componente Variável</i>		0,00%
Comissão de Depósito	9 048	0,02%
Taxa de Supervisão	4 059	0,01%
Custos de Auditoria	1 488	0,00%
Outros Custos	8 307	0,02%
TOTAL	433 941	
TAXA GLOBAL DE CUSTOS (TGC)		0,83%

**Nota 16 – Comparabilidade das Demonstrações Financeiras**

As Demonstrações Financeiras do período findo em 30 de Junho de 2013 são comparáveis com as Demonstrações Financeiras do período anterior.